

# ATIVIDADES PRODUTIVAS EM VILA RICA 1808-1825

*Solange Sabino PALAZZI FORTES \**

Durante o período colonial, Vila Rica apresentou um dos maiores índices populacionais de Colônia, além de ser um dos núcleos urbanos mais importantes, senão o mais importante da Coroa Portuguesa. Devido a grande produtividade aurífera, ela foi alvo constante da administração, que tentou estender ao máximo o período de produção de ouro.

Este estudo sobre as atividades produtivas desenvolvidas em Vila Rica não se refere ao período de maior produção de ouro. Pretende ser uma contribuição aos trabalhos relativos ao processo de transição pelo qual passa a economia mineradora no primeiro quartel do século XIX. Do ponto de vista geográfico, nossa discussão compreende os seguintes bairros: Antonio Dias, Ouro Preto (Pilar), Alto da Cruz, Padre Faria, Taquaral, Água Limpa, Cabeças, Morro São Sebastião, Morro São João e Morro Santana, freguesias, que constituíam o núcleo urbano do Termo de Vila Rica.

Foram utilizadas para esta análise documentos oficiais da época tais como alvarás, ordens régias, correspondências oficiais dos governadores, que demonstram a ação do Estado na região. 1 Utilizou-se também o relato dos viajantes que passaram pela região neste período, porque caracterizam o modo de vida da população?

Começarei a análise discutindo as características do escravismo existente na região.

Os escravos eram a mão-de-obra básica, mas em Vila Rica não estavam voltados somente para a mineração. Grande parte deles trabalhava em outras atividades. No primeiro quartel do século XIX a maioria trabalhava em atividades artesanais ou na agricultura de subsistência. Trabalhavam a mando de seu senhor ou conseguiam concessão para trabalhar por conta própria, pagando a Jornada ao seu dono. Nesses casos, a vida do escravo assemelhava-se muito a do homem livre pobre, 3 que normalmente não tinha uma profissão ou especialização.

É interessante observar também que, quando a mineração declinou, a mão-de-obra escrava não foi transferida para regiões de agricultura de plantation. Roberto Martins, por exemplo, afirma que na primeira metade do século XIX não se encontra uma única alusão a exportação de escravos ou a existência de trabalho escravo redundante em Minas. Ao contrário sempre houve queixas sobre o alto preço dos escravos e sua escassez e é comum a referencia a importação de cativos. 4

Apesar de a mineração não ser mais lucrativa, percebia-se em Vila Rica um apego a escravidão, que se deve a dois fatores. Em primeiro lugar, a ausência de mão-de-obra assalariada disponível, e mesmo se houvesse este tipo de mão-de-obra disponível, não havia onde empregá-la,

Bacharel

---

em História pela Universidade Federal de Ouro Preto  
LPH / Revista de História, 1:55-60,1990

pois o tipo de atividade desenvolvida não permitia a cidade criar oportunidades para lidar com assalariados. Em segundo lugar: o caráter irregular dos serviços que a cidade oferecia não reclamava mão-de-obra assalariada e fazia com que o escravo e o próprio homem livre pobre pudessem trabalhar em funções diferentes, de acordo com as opções que o mercado oferecia.

Essa possibilidade de aproveitamento da mão-de-obra escrava ou livre em atividades diversificadas fez com que não houvesse necessidade de se modificar a maneira de produzir da cidade, e por isso as relações escravistas de produção perduraram por tanto tempo. Somente a abolição obrigou a efetuar a mudança de mão-de-obra.

A produção agrícola em Vila Rica era incipiente. O abastecimento era a principal causa de entrada de gêneros alimentícios na região? Durante o período em estudo, viajantes passaram pela cidade e deixaram suas impressões sobre o que nela se produzia. O autor anônimo da Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais afirma que "a vila é abundante em viveres necessários para passar a vida, as terras produzem muitas hortaliças como couve, repolho, cebolas e também há abundância de pêssegos, marmelos, laranjas, maçãs e joazes.<sup>6</sup> Mawe concorda e informa que há excelentes hortaliças como alcachofras, espinafres, repolhos, feijão, e batata.<sup>7</sup> Este tipo de cultura não pode, porém, ser considerada como produção agrícola em larga escala. Na verdade, não passava de horta em fundo de quintal.

Durante todo o século XVIII e pelo menos até metade do século XIX, a região mineradora precisou abastecer-se de produtos alimentícios do Rio de Janeiro, de São Paulo, das fazendas de gado das margens do São Francisco, do Rio Grande do Sul ou mesmo do sul de Minas Gerais. Isto porque vários fatores concorreram como entrave ao desenvolvimento da agricultura na região. Juridicamente, o Estado dificultava a prática agrícola para que essa não fizesse concorrência com as lavras minerais. A constituição do solo também concorreu como entrave porque o solo não era muito fértil, nem permitia a prática de grandes culturas. O último fator seria a presença de mercadores, que dava a população a certeza de receber através da importação os produtos de que necessitava.

Por outro lado, a ausência de produção agrícola interna e a distância da cidade em relação aos portos faziam com que o preço dos produtos agrícolas se tornasse muito caro e estivessem acima das posses de um número elevado de pessoas. O fato de não haver uma importante produção agrícola ao redor da cidade indica, dessa forma, que a agricultura não substituiu a mineração pelo menos no caso de Vila Rica.

Foram levantados por vários autores 8 hipóteses sobre a possibilidade ou não de industrialização em Minas Gerais. Levando-se em consideração as especificidades de Vila Rica, os fatores foram reunidos em quatro grupos, de acordo com as possibilidades colocadas pelos autores.

Em primeiro lugar, os fatores de ordem técnica, que podem ser divididos em três argumentos. O primeiro, relativo à compatibilidade ou não do trabalho escravo com a produção fabril. Estudos têm demonstrado que o escravo tinha condições de adquirir conhecimentos técnicos.

João Antonio de Paula ressalta, em sua pesquisa, a impossibilidade que a presença do escravo colocaria para a flexibilidade da produção, pelo fato de não poder ser dispensado em momentos de crise ou quando decaísse a produção, impedindo assim que se economizasse mão-de-

obra e se mantivessem os lucros. O segundo argumento diz respeito à questão de pessoal técnico especializado. Entre os autores acima citados, alguns afirmam a existência de especialistas e outros negam tal possibilidade em Minas Gerais do século XIX. O fato é que estudos sobre Vila Rica em 1804 não demonstram a existência de pessoal técnico com qualificação suficiente para trabalhar em fábricas ou introduzir manufaturas na Capitania. 10 E por último deve ser lembrada a defasagem entre o desenvolvimento industrial português em relação aos demais países da Europa, especialmente a Inglaterra, o que repercutiu no Brasil Colônia, visto então como produtor de matéria-prima e consumidor de produtos industrializados.

Em segundo lugar, os fatores de ordem política. Dois fatores desta ordem tiveram influência na possibilidade de industrialização em Minas: o Pacto Colonial, que, como dissemos acima, relegava o Brasil a simples condição de colônia de exploração, e o decreto de 1785, que proibia atividades manufatureiras na Colônia. Quanto ao Pacto Colonial, ele serviu como entrave para o desenvolvimento da industrialização em todo o Brasil, e por isto mesmo, o decreto de 1785 não provocou grande repercussão em Minas, ou especialmente em Vila Rica, pois não havia aí produção manufatureira.

Em terceiro, fatores de ordem social. É relevante o fato de a população mineira não se encontrar dispersa em latifúndios, mas sim reunida em arraiais, vilas e cidades. Este fator poderia concorrer como estímulo caso fosse colocada a opção industrializante no período áureo de mineração. Mas no século XIX, quando a população de Vila Rica se encontrava reduzida de 20.000 para 8.000 pessoas, a urbanização deixou de ser um incentivo poderoso a produção manufatureira.

E, por último, os fatores de ordem econômica. O mercado constituía-se em serio problema, na medida em que os produtos de Minas e especialmente de Vila Rica seriam bem mais caros devido às dificuldades de produção: matéria prima vinda da Europa, ausência de pessoal técnico qualificado, dificuldades de montar instalações e para transportar produtos. Por tudo isso, a empresa seria fadada ao fracasso, ainda que conseguisse produzir para vender fora da cidade. Em virtude dessa situação, Vila Rica possuía, no primeiro quartel do século XIX apenas três fabricas: uma de louças, que devia pertencer a particulares, pois são poucas as referencias a ela, e duas pertencentes ao Estado, uma de pólvora e outra de ferro. Essas, pela junção de alguns dos fatores acima criados, foram fadadas ao fracasso.

Quatro outras atividades mantinham a economia da cidade: a produção aurífera, o comércio, as atividades artesanais e a administração.

O ouro, apesar de ser extraído em pequena escala, era fundamental nas trocas, sendo utilizado como moeda corrente nas atividades mercantis. 11

Tal comércio caracterizava-se pela necessidade de abastecimento e pelas transações com moedas desvalorizadas e com ouro. Vila Rica era uma cidade descapitalizada na medida em que o ouro que produzia geralmente passava para as mãos dos comerciantes de fora que exploravam ao máximo a venda de seus produtos. O comércio, juntamente com o quinto arrecadado pela Coroa, era responsável pelo escoamento do ouro da cidade. Mas os comerciantes tiveram um papel muito importante na economia local porque, ao fazerem com que o ouro circulasse, provocavam

um intercambio entre a cidade e outras regiões da Colônia e até com países europeus. Através desse comercio a economia se manteve e conseguiu em parte resistir a decadência.

Considerando como atividades artesanais as profissões ligadas ao setor de prestação de serviços tais como carpinteiro e ferreiro e aquelas que exigiam maior especialização como o trabalho de entalhadores, pintores e ourives, percebe-se que a maior parte dos escravos e da população livre e pobre de Vila Rica trabalhava nestes ofícios. 12 Essas pessoas viviam principalmente de pagamento por Jornada de trabalho e se sustentavam com base nas atividades que o mercado oferecia, trabalhavam para particulares ou para a administração. Esses indivíduos recebiam uma pequena quantia em dinheiro, o necessário para a sua sobrevivência. Na economia, a participação dessas atividades era mínima porque para a sua realização não era necessário grande montante de capital. Mas, mesmo sem serem muito importantes, estas atividades ajudavam a manter a economia, na medida em que permitiam que as pessoas pudessem adquirir mercadorias.

A folha de pagamento da administração era uma das principais responsáveis pela entrada constante de capital na economia. As pessoas mais abastadas eram funcionários do termo de Vila Rica ou da Capitania das Minas Gerais e recebiam dinheiro através das folhas de pagamento ou por meios fraudulentos. Era infundável a quantidade de empregados da administração, que trabalhavam em vários setores, desde reparos em calçamentos de ruas até os ouvidores e provedores. “Não há como definir quem trabalhava para o Termo, a Comarca, a Capitania ou o Governo Geral, ou ainda, quem trabalhava para órgãos considerados independentes como a Intendência de Minas.”

Independente de onde vinha o dinheiro se dos impostos do Termo, da Comarca ou da Capitania, o importante é que o aparato estatal liberava continuamente certo montante em dinheiro, muito importante para a manutenção da economia. Uma vez que a administração mantinha ou construía chafarizes, pontes, igrejas, casas de ópera, etc., e também viabilizava o comércio tanto de gêneros de primeira necessidade como ate mesmo de artigos de luxo, podemos dizer que, quando o ouro decaiu, a máquina administrativa concorreu em grande escala para que a economia se mantivesse ativa. Isto pelo menos ate a transferência da Capital para o Curral Del Rei, hoje Belo Horizonte.

De posse de todos esses dados, podemos inferir algumas conclusões.

Primeiramente, que a atividade mineradora não foi a única responsável pela formação dos núcleos urbanos, especialmente do centra urbano minerador de Vila Rica. A presença da administração que centralizava em um único local todo aparato administrativo é que mais freqüentemente gerou estes centros. Não era o ouro que fazia com que determinado local se tornasse um centra urbano, mas a presença da administração que bancava todas as construções, realizadas através de impostos advindos do ouro, para que ali pudessem se alojar. Os centros urbanos continuavam existindo pelo fato da administração estar presente, mesmo quando as minas chegaram à exaustão.

O ouro teve um duplo papel na sobrevivência dos centros urbanos mineradores, pois, ao mesmo tempo em que provocava o fenômeno da decadência depois da exaustão das lavras, se fazia necessário em pequena escala como moeda para que as transações comerciais não acabassem. Na

verdade, outras atividades como o comércio, o artesanato e a administração contribuíram em grande proporção para a manutenção da quantidade de capital que circulava nas regiões mineradoras. O ouro por si mesmo não conseguiu manter a economia desses locais, principalmente no início do século XIX, época em que foram poucas as pessoas que se dedicaram exclusivamente a produção aurífera.

Por último, percebe-se que, apesar da escassez do ouro e da diminuição da população no início do século XIX, os núcleos urbanos mineradores apresentaram características senão idênticas pelo menos muito próximas das que possuíam no século XVIII quando a produção mineradora estava no auge.

## Notas

1. "Alvará de 1º de abril de 1808". "Alvará de 1º de Setembro de 1808". Alvarás e outras ordens Régias, Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro, c6d. 397.
  - "CAUSAS dos prejuízos das permutas de ouro e de diminuição do quinto". Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte. 6(1): 974-78. jan/mar. 1901.
  - "CORRESPONDENCIA do Conde de Palma (1810/1814)". Revista do Arquivo Publico Mineiro. Belo Horizonte. 19:161-266.1921.
  - "DIVERSOS registros da correspondência oficial do Governador Dora Pedro Maria de Atayde Mello (1803/1810)" Revista do Arquivo Publico Mineiro. Belo Horizonte 11 (1,2,3, 4): 275-319.1907.
  - "RELACAO das ordens sobre terras minerais que por cópia foi enviada ao Conselho Geral da Província de Minas Gerais." Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte. 1(4): 673-730.
  - "SEIS ofícios e cartas referentes a criação e regulamentação da fábrica de ferro era Vila Rica (1811)". Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte. 16(1):476-482. 1911.
2. - ESCHEWEGE, Wilhelm Ludwig Von - Pluto Brasiliensis. v. 1, 2. Belo Horizonte. Itatiaia. 1975.
  - MA WE, John - Viagens ao interior do Brasil. Belo Horizonte. Itatiaia. 1978.
  - SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagens pela província do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte. Itatiaia. 1975.
  - COUTO, Jose Vieira "Memórias sobre as minas da Capitania de Minas Gerais, suas descrições, ensaios e domicílios; a mineira de itinerario -1801". Revista do Arquivo Publico Mineiro. Belo Horizonte, 10(1,2):51-166.1905.
  - "MEMÓRIA histórica da Capitania de Minas Gerais". Revista do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto, 2(3):425-518,1897.
3. As relações e semelhanças entre o modo de vida dos homens livres e dos escravos são explicadas de maneira melhor em MELLO e SOUZA, L. Os desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro. Graal. 1986. pp. 73-90.
4. MARTINS, R. B. "Minas no século XIX. Trafico e apego a escravidão numa economia não exportadora". Revista de Estudos Econômicos. São Paulo, (13), 1983. p. 183.
5. O abastecimento da Capitania de Minas é melhor estudado em LENHARO, A. As tropas da Moderação. São Paulo, Símbolo. 1979 e ZEMELLA M. P. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII. USP. São Paulo (dissertação de doutorado).
  6. "Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais". Opus Cit. pp. 44.
  7. MA WE, J. Op. cit. pp. 122.
8. Para levantamento dos fatores que possibilitariam ou não a industrialização em Vila Rica foram utilizados para análise: FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. São Paulo. Nacional. 1982. pp. 81-2; CANO W. "A economia do ouro em Minas Gerais, no século XVIII" in Contexto São Paulo. Hucitec, 1977, pp. 91-109; CASTRO, A. B. "A região das Minas, retrocesso e dispersão após a crise". in: Sete ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1980, pp. 26-36. COUTO, E. C. "Minas e sua característica econômica, antecedentes históricos". In: Ensaios sobre economia regional. BDMG. Belo Horizonte. 1965. pp. 152; LINHARES, M. Y., L. "O Brasil no século XVIII e a idade do ouro; a propósito da problemática da decadência", In: Seminário da cultura mineira no período

- colonial. Conselho Estadual de Cultura. Belo Horizonte, 1979. pp. 147-171; PAULA, J. A. Ensaio sobre os limites da industrialização colonial. CEDEPLAR/FINEP. Diamantina, 1982, 1 GLESIAS, F. "Minas Gerais". In: História Geral da Civilização Brasileira. t. 2, v. 2. São Paulo, DIFEL, 1978. pp. 364-412.
9. LIBBY, D. C. Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil. O caso de Morro Velho. Belo Horizonte. Itatiaia. 1984.
  10. LUNA, F. V. e COSTA, I. D. N. Contribuição ao estudo de um núcleo urbano colonial (Vila Rica 1804) IPE/USP. São Paulo. 1979. pp. 6/24.
  11. O montante de ouro que saiu do Brasil e de Minas Gerais foi levantado por PINTO, V. N. O ouro brasileiro e O comércio anglo-português. São Paulo. Nacional. 1979. pp. 253.
  12. As pessoas que se ocuparam destas profissões são levantadas por LUNA e COSTA, opus cit e também por MARTINS, J. Dicionário de artistas e artífices do século XVIII e XIX em Minas Gerais. Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/MEC. Rio de Janeiro. 1974.
  13. A organização administrativa do Brasil e melhor explicada em FAORO R. Os donos do Poder. v. 1 e 2. Porto Alegre. Global; e PRADO JUNIOR, C. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo. Brasiliense 1983.